

Estudo conclui que a designação de áreas protegidas é insuficiente para reduzir pressão da atividade humana

29 de Outubro, 2019

A designação de áreas naturais como “protegidas” não é suficiente para reduzir a pressão da atividade humana sobre os ecossistemas que se pretendem preservar, conclui um estudo, divulgado esta segunda-feira, ao qual a Agência Lusa teve acesso.

O estudo que analisou projetos de conservação em 150 países está publicado no boletim científico Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS) e lembra que “as áreas protegidas são vitais para a preservação da Terra e para o abrandamento das mudanças climáticas”, mas conclui que “estes motivos não têm sido suficientes para reduzir a pressão da atividade humana”. Os resultados do estudo mostram a falta de envolvimento das comunidades locais nas áreas protegidas e a falta de financiamento para as tornar efetivas.

“O estabelecimento rápido de novas áreas protegidas para atender às metas globais sem fornecer investimentos e recursos suficientes, dificilmente interromperá a crise de extinção” de espécies animais e vegetais, disse o principal autor do estudo, Jonas Geldmann, do Instituto de Pesquisa em Conservação da Universidade de Cambridge.

Os cientistas usaram dados de satélite, sobre distribuição de luzes noturnas e agricultura, bem como dados de censos e rendimento de culturas, para avaliarem os níveis de invasão humana em 12.315 áreas protegidas entre 1995 e 2010.

Os cientistas mediram os efeitos nas áreas protegidas quando comparadas com zonas não protegidas e concluíram que a maioria das áreas protegidas sofreu aumentos da pressão humana, mas no hemisfério norte e na Austrália a proteção mostrou-se mais eficaz na redução da invasão humana quando comparada com habitats desprotegidos.

Na América do Sul, África subsaariana e sudeste Asiático, a pressão causada pela atividade humana nas áreas protegidas é “significativamente maior” em comparação com os dados de há 15 anos. “O nosso estudo sugere que as áreas protegidas em partes mais remotas e selvagens dos trópicos sofreram aumentos alarmantes na pressão humana desde 1995. Esses lugares abrigam uma quantidade desproporcionalmente alta da biodiversidade da Terra e desempenham um papel insubstituível na manutenção das espécies ameaçadas”, diz Geldmann no estudo.

Nas pastagens subsaarianas, as áreas cultivadas nas áreas protegidas aumentaram quase o dobro em relação à taxa observada em terras não protegidas, nos mangais africanos a pressão da agricultura aumentou cerca de 13% mais nas áreas protegidas e no sudeste Asiático a agricultura aumentou mais 8% nas áreas protegidas do que nas áreas não protegidas. Da mesma forma,

algumas áreas florestais da América do Sul, viram a invasão agrícola aumentar cerca de 10% em áreas protegidas.

Os aumentos da atividade humana foram particularmente evidentes nas áreas protegidas da África oriental e central. “O estudo mostra que a agricultura é a força motriz por trás das ameaças às áreas protegidas, particularmente nos trópicos”, refere Geldmann. Segundo o responsável, “os dados não revelam as causas, mas suspeitamos que os fatores que desempenham um papel importante incluem o rápido crescimento populacional, falta de financiamento e níveis altos de corrupção. Além disso, a maioria das terras desprotegidas adequadas para a agricultura já está cultivada”. Geldmann referiu ainda que “a ambição de atribuir estatuto de área protegida a 17% das áreas ainda selvagens até ao final desta década, que devem aumentar para 30% numa reunião no próximo ano na China, não significarão muito se não forem acompanhadas de recursos suficientes para garantir a preservação de habitats preciosos”.